

POR UMA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL MAIS AFROCÊNTRICA*

TOWARDS A MORE AFROCENTRIC LITERATURE FOR CHILDREN AND YOUTH

Gilberto Alves Araújo 1
Eliene Rodrigues Sousa 2

Resumo: Este artigo examina os modos representacionais empregados por autores brasileiros na literatura infantil e juvenil (LIJ), explorando uma diversidade de discursos para compreender quão (des)vantajosos são seus efeitos em relação a representações mais elaboradas/humanas dos negros. Empregamos princípios teóricos básicos da Análise do Discurso para discutir a necessidade de representações mais complexas/humanas sobre os afro-brasileiros na LIJ. Metodologicamente, recorremos a uma revisão crítica de referencial teórico e à análise temático-discursiva de obras literárias relevantes publicadas entre os séculos XX e XXI. Os resultados indicam que a mera presença de heroínas/heróis negros na LIJ não garante por si só justiça étnico-racial, tampouco parece contribuir para uma autodeterminação cultural dos afrodescendentes brasileiros. A transculturalidade parece ser indispensável no combate ao colorismo e à idealização da miscigenação. Por último, a negrescência, bem como os princípios pan-africanos e mulheristas da autodenominação, autodefinição e autodeterminação, devem ser parte das bases de uma LIJ brasileira.

Palavras-chave: Representação. Representatividade. Negritude. Literatura infantil e juvenil. Brasil.

Abstract: This paper examines the representational modes employed by Brazilian authors in literature for children and youth (LCY), exploring a diversity of discourses to understand how (dis)advantageous their effects are in relation to more elaborate/humane representations of black people. We employ basic theoretical principles from Discourse Analysis in order to discuss the need for more complex representations on Afro-Brazilians in LCY. Methodologically, we resort to a critical review on theoretical references and to the thematic-discursive analysis of relevant literary works published between the twentieth and twenty-first century. Results indicate that the mere presence of black heroines/heroes in LCY does not guarantee ethnic-racial justice, neither it seems to contribute to a cultural self-determination of Brazilian Afrodescendants. Transculturality appears to be indispensable in fighting colorism and idealization of miscegenation. Lastly, nigrescence, as well as the Pan-African and Womanist principles of self-naming, self-definition and self-determination, should be part of the foundations of a LCY.

Keywords: Representation. Representativeness. Blackness. children's and youth literature. Brazil.

Doutorando em Estudos do Discurso Midiático, University of the Witwatersrand. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3998154651377114>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8177-0730>. E-mail: gilbertoa.araujo@yahoo.com.br

Doutora em Ensino de Literatura, Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5857623231904159>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8701-2677>. E-mail: liaelienerodrigues@gmail.com

* Este artigo é dedicado também a Chadwick Boseman (ator que interpretou o príncipe africano T'Challa no filme Pantera Negra – Marvel/2018), falecido neste 28/08/2020. Que muitos outros artistas negros como ele continuem a inspirar, dentro/fora da ficção, milhões de crianças negras aqui e ao redor do mundo.

“Wakanda não mais se esconderá nas sombras. Não podemos, não devemos!” – T’challa (Pantera Negra, 2018)

Introdução

Parece haver um consenso entre os críticos literários de que uma representação mais justa da negritude na literatura infantil e juvenil (LIJ) brasileira tem sido negligenciada desde o surgimento dos primeiros coadjuvantes negros em narrativas para esse tipo de público (DALCASTAGNE, 2011; ZILBERMAN, 2005; ROSEMBERG, 1985). Influenciados por moldes literários europeus – dentre os quais encontramos a representação Grimminiana da negritude como mal, tristeza, inferioridade e falta de fé –, diversos intelectuais brasileiros se comprometeram com uma teoria de centralidade da branquitude e um projeto de branqueamento, a partir do séc. XIX (ROMERO, 1888).

Com efeito, aliada a essa abordagem da diversidade étnico-racial brasileira, encontrava-se a ideia de que o progresso e o desenvolvimento estavam intrinsecamente aliados à reprodução dos modelos sociais europeus. Assim, tudo o que se achava fora desses padrões deveria ser suprimido ou apagado. Na produção da LIJ não parece ter sido tão diferente. A gente não branca é então silenciada ou destituída de sua presença emponderada nessa literatura sob o argumento de que a modernização do país requer a promoção do ufanismo nacionalista e dos valores da elite burguesa.

Os Reis Magos (2009 [1904]), poema narrativo de Olavo Bilac, parece ilustrar bem esse ideário que se refrata na LIJ. Em sua mini narrativa o autor contrasta as identidades étnico-raciais negro-branco, afirmando a superioridade deste em detrimento da representação daquele. Na medida em que a negritude se associa à inferioridade, à imperfeição e à tristeza, a branquitude se revela no oposto.

Em *Mãe Maria* (2001b [1904]), outra narrativa infantil e juvenil, Olavo Bilac lança mão de uma perspectiva bastante utilizada na literatura brasileira adulta para representar o negro, a saber, o estereótipo do escravo subserviente ou passivo ao lado do caridoso paternalismo branco. Nesse conto, o autor naturaliza o horror que deveria ser a escravidão ao passo em que objetifica o negro, classificando-o como propriedade. Nessa instância o negro não tem nome, tampouco história, nacionalidade, ou seja, uma identidade sociocultural em sentido mais amplo.

É assim, pelas mãos de Bilac, que surgem as primeiras representações da negritude na LIJ brasileira. Através da exclusão, da condescendência e da inferiorização do negro, o autor ilustra o tom das abordagens literárias a respeito da negritude que serão empregadas perante o público infantil e juvenil pelas décadas vindouras, e sobre as quais discutiremos nas próximas seções deste trabalho.

Em tempo, e não obstante o viés de nossa introdução, é preciso esclarecer que este artigo se projeta a partir dos estudos do discurso, mais especificamente a Análise do Discurso Crítica. Com efeito, o lugar de onde argumentamos certamente reflete esse posicionamento teórico, embora haja significativo esforço em incorporar debates oriundos dos Estudos Literários propriamente ditos. Assim, diferentemente talvez de outros intelectuais, cujos trabalhos se encontram publicados neste volume da *Humanidades & Inovação* e que atuam mais profundamente no campo da literatura-arte, nosso lugar de fala refrata percepções da obra literária não primariamente enquanto objeto estético, mas enquanto espaço de formação ideológica e discursiva.

Portanto, nosso objetivo aqui é examinar os modos representacionais gerais empregados por autores brasileiros na LIJ sobre a negritude ou sobre personagens negros. Desse modo, exploramos discursos dicotômicos, pluri e transculturais na literatura a fim de compreender quão (in)justos são seus efeitos de sentido, não apenas em relação ao racismo, por exemplo, bem como em referência a representações mais igualitárias, equitativas, elaboradas e humanizadas de personagens negras. Em termos de metodologia, este estudo se vale de uma bre-

ve revisão crítica de alguns referenciais teóricos, e também recorre a uma análise temático-discursiva geral sobre relevantes obras literárias infantis e juvenis publicadas entre o início do século XX e o romper deste século. Desse modo, abordaremos a questão da afrobrasilidade na literatura infantil e juvenil a partir de três tópicos, bastante caros à Análise do Discurso supramencionada: (1) ideologia e textualidade; (2) multiculturalismo e (3) estereotipação vs. negrescência. Por fim, sugeriremos perspectivas gerais para que a Afrobrasilidade se consolide com mais força nos objetos/espacos de fruição da LIJ no cenário nacional.

Ideologia e textualidade no trabalho de representação da negritude

Quando os leitores abrem uma obra literária, especialmente as crianças, se deparam com uma série de ações, de ambientações, espaços físicos, personagens, e em última instância, emoções e sensações. Ora, como seria de esperar, todos esses elementos são constantes em produtos midiáticos, tais quais o livro o é, embora talvez muitos não pensem acerca dele como tal.

Assim, nossa ênfase aqui recai sobre imagens discursivas da LIJ, suas perspectivas, frames e explicações relativas à compreensão do mundo, suas formas e fatores constitutivo-funcionais que se apresentam na narrativa literária. Nesse caso, obras infantis e juvenis “carregam” imaginários simbólicos, isto é, elas também funcionam como pontos de referência para a reprodução e projeção de conteúdo simbólico (ver. HALL, 1997), sintetizado em elementos como crenças e atitudes.

Isso quer dizer que toda narrativa literária é, irremediavelmente *ideológica*, pois a ideologia¹, como substância significada e significante no texto, não pode ser compreendida como uma unidade conceptual passível de isolamento na prática de leitura. Portanto, a obra literária, seja infantil e juvenil ou não, recorre a processos significantes que (re)produzem relações de poder e discursos, gerando também sentidos, signos, valores, verdades simbólicas e regimes de verdade (COWARD & ELLIS, 1977; FOUCAULT, 1987). Assim, mediante ampla seleção de fatores, cada narrativa aponta em última instância uma representação partidária do mundo (BLOMMAERT, 2005) ou uma representação a partir de determinado(s) interesse(s) (FAIRCLOUGH, 1995).

Nesse sentido, o trabalho de *representação*, como sugere Hall (1997), refere-se ao processo de apresentar algo ou alguém através de perspectivas ou frames frequentemente deslocados. Representação é o elemento que conecta os sentidos-na-língua à sociedade-cultura. Agir seria, então, utilizar a língua para representar, isto é, para nomear e referenciar (HANSEN & MACHIN, 2019; HALL, 1997), para posicionar pessoas, objetos e ideias (etc.) no mundo social, enfatizando determinados aspectos seus (MACHIN & MAYR, 2012). Essas (re)nomeações e posicionamentos podem ilustrar relações assimétricas de poder, na medida em que se associam a/ou se articulam com uma perspectiva social particular de dado interesse (ideologia), com as formas de construir o mundo a partir de um ponto de vista social (discursos) e com uma liderança ou projeto de preponderância (hegemonia²).

De semelhante modo, representações não podem ser desconectadas de uma realidade/estrutura. Apesar disso, os sentidos evocados em dada representação nunca são fixos, não somente por causa da dinâmica sociosemiótica intra e extratextual, bem como pelo fato da criação de uma representação textual envolver papéis constitutivos de múltiplas possibilidades.

Como argumentamos anteriormente, o conceito de representação obtém essa relevância neste trabalho porque a língua (verbal/visual) é, dentro do contexto sociocultural, o meio privilegiado em que os sentidos se produzem e circulam (HALL, 1997). Reiteramos que, enquanto matéria prima da literatura, a língua funciona como um sistema representacional

1 Ideologia tanto se refere à representação “partidária” (BLOMMAERT, 2005, p. 159) ou “representação do mundo a partir da perspectiva de um interesse particular” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 44), quanto à processos de significação que (re)produzem relações de poder e discursos, geram significados, signos, valores e, em última instância, verdades simbólicas e regimes de verdade (COWARD & ELLIS, 1977; FOUCAULT, 2010).

2 Grupos/classes ou suas alianças que exercem domínio sobre outras “classes/grupos através da elaboração e penetração de ideologia [...] no senso comum e na prática cotidiana; é a engenharia sistemática do consentimento em massa a fim de servir a ordem estabelecida (GITLIN, 1980, p. 253).

(HALLIDAY & HASAN, 1989). De alguma forma esta materializa parte dos sentidos culturais compartilhados e simbolicamente constitui o território onde a diferença é marcada e projetada.

Quando regulamentada em práticas socio-discursivas, certas representações são capazes de formarem conjuntos relativamente estáveis, os quais podem compor ou serem performadas como *identidades*, ou seja, tentativas de rearticular a relação entre atores sociais e práticas discursivas (HALL, 1997). Consequentemente, a formação identitária das personagens na narrativa é frequentemente uma projeção, uma performance, uma construção filosoficamente incompleta, embora limitada pelo espaço-tempo da obra, uma dinâmica de constantes (des) conexões entre humanos e certos discursos/representações. Identidades étnico-raciais são exemplos desse jogo entre representações e performances.

Em sentido mais amplo, conforme já sugerido, ao escrever e publicar seus contos, por exemplo, o autor-pessoa, membro de dada sociedade, emprega um complexo e vasto sistema de signos para produzir sentido através de representações. Por conseguinte, ele codifica sentidos discursivos ou socioculturais dentro do texto, que por sua vez, são utilizados como bases para uma decodificação pelo público-leitor. Esta é mais uma razão pela qual abordamos a literatura a partir da Análise do Discurso, porque esta possui uma visão semiótica particular sobre a língua, isto é, trata a língua (verbal/visual) como componente essencial do processo de produção de sentido que perpassa as relações, práticas e estruturas sociais.

Como veremos nos exemplos literários nas próximas seções, representação é um conceito crucial para melhor compreender a distribuição, exercício e funcionamento do poder, ao lado da ideologia ou hegemonia. Considerando que narrativas literárias são produtos culturalmente codificados e decodificados, como dito acima, elementos tais como assimetrias de poder, ideologias e hegemonia estão enraizados em suas representações, que por sua vez (re)produzem esses mesmos elementos através de diversos discursos, impressões, crenças e verdades/regimes de verdade, bem como mediante concepções de raça e etnia, por exemplo. Nesse sentido, textos literários são espaços férteis em que se podem observar e analisar não somente os exercícios do poder/ideologia/hegemonia, mas também os modos empregados pelos sujeitos para resistir/consentir/negociar com aqueles na medida em que se tornam participantes do processo de produção de sentidos.

A saber, entendemos o *poder*³ aqui não apenas como dominação sobre alguém, um objeto ou grupo, mas também como capacidade de realizar ou fazer outro(s) realizar(em) algo, ser(em) ou pensar(em) algo de determinada forma, ou ainda comportar(em)-se de dada maneira (FOUCAULT, 1980; GIDDENS, 1984; HANSEN & MACHIN, 2019). Por um lado, reconhecemos que há conflito e opressão em relações sociais e discursivo-ideológicas. Por outro, enfatizamos que há uma capacidade transformadora no poder, em sua habilidade de obter efeitos, alterando as relações supracitadas – “o poder não [nem sempre] é coisa ruim” (BLOMMAERT, 2005, p. 01).

É claro que para que todos esses elementos constitutivos do poder e da ideologia sejam apresentados na obra é necessário que haja *textualidade*⁴ (BLOMMAERT, 2005), ou o próprio ato locucionário, no dizer de Austin (1962). Dito de outro modo, é preciso que haja estruturas sintáticas e léxicas da escrita, ou seleção de palavras para dizer tal coisa, em dado contexto e co-texto, e as escolhas de maneiras pelas quais tais palavras sejam combinadas em um longo jogo de cadeias que se juntam para fundamentar nossa compreensão geral sobre as pessoas, seus atos e seu mundo no decorrer daquela narrativa que estamos lendo. Observamos que a concepção de textualidade aqui adotada se fundamenta em uma definição igualmente compatível do que seja a língua, a saber, um macrosistema de escolhas semióticas interconectadas (MACHIN & MAYR, 2012, p. 20). Nesse sistema, os usuários tais como os autores literários, realizam seleções para a produção de sentidos. Assim, a função primordial da língua seria pro-

3 Para além de dominância sobre algo/alguém, poder é capacidade de realizar algo ou fazer outrem realizá-lo, de fazer outrem ser ou pensar algo/de alguma forma, ou se comportar de dada maneira (ver. FOUCAULT, 1980; GIDDENS, 1984; HANSEN & MACHIN, 2019).

4 Blommaert (2005) sugere textualidade como o conjunto funcional de propriedades (supracitadas) que possibilitam a distinção de uma forma-conteúdo comunicativo (texto) enquanto objeto de estudo.

duzir sentido a partir de opções paradigmáticas forjadas no contexto sociocultural em que os interagentes (leitor/escritor) se inserem (MACHIN & MAYR, 2012; HALLIDAY & HASAN, 1989).

Por conseguinte, para além do domínio mais estrito e básico acerca do funcionamento do sistema linguístico, também é evidente que nossa compreensão de dada narrativa só será possível (de um modo mais satisfatório) se nós possuímos um conhecimento prévio acerca do mundo sociocultural em que se forjou aquela história que está sendo contada. Sem esse conhecimento prévio mínimo, o leitor, ainda mais a criança, não consegue atribuir sentido ao que se diz, ou seja, não consegue atribuir sentido suficiente às personagens, seus atos e espaços de vivência.

Ora, para colocar esse conhecimento prévio em funcionamento a criança, ou qualquer leitor, precisa recorrer a essas experiências prévias, seja da vida real, sejam experiências de outras leituras, de contatos com outros textos e eventos culturais que explorou, ativando então o que chamamos de intertextualidade/interdiscursividade.

Por meio da *intertextualidade*⁵ o leitor/escritor ingressa na dimensão dialógica da comunicação referenciada no produto literário. Se, por um lado, quando o autor-pessoa emprega a língua para escrever está sempre (re)produzindo as palavras de outrem, ou descontextualizando e recontextualizando discursos – um co-processo designado por Blommaert (2005, 47) como *entextualização* ou, mais amplamente, codificação –, quando a criança lê também está tentando recuperar esse itinerário percorrido pelo escritor para significar o mundo – decodificação (HALL, 1997). Ela recorre às “palavras” e experiências com o/do outro para produzir sentido.

É nesse ponto que a ideologia emerge no texto para nos ajudar a dar sentido a esses elementos, a saber, personagens, ações, espaços e seus mundos. Imaginemos a ideologia, de um modo geral, como um macrossistema de significação que está enraizado na cultura e na estrutura de uma sociedade. São as regras/princípios desse macrossistema que aprendemos à medida que crescemos e lemos o mundo, e são eles que utilizamos para dar sentido aos objetos com os quais nos deparamos.

Por questões didáticas, e tendo em vista os limites deste trabalho, consideramos aqui dois aspectos primordiais da ideologia. O primeiro deles está mais ligado à natureza social e sistêmica da língua, no nosso caso, a língua portuguesa. Nesse sentido, o idioma em que lemos configura nossa percepção do mundo, suprime articulações de conflito, e restringe a significação – lembremos, por exemplo, do uso das palavras moreno/pardo como forma de “eufemizar” a negritude, ou mulato (oriunda de “mula”), ou mesmo expressões possíveis em livros infantis que soam inocentes “a coisa tá preta”, “vá tomar banho, tá com cheirinho de negro”.

Geralmente essa restrição de significado, por causa do modo como a língua é moldada e usada na sociedade brasileira, por exemplo, favorece certas atitudes e interesses de grupo sociais dominantes, como já dito. Esse seria o segundo aspecto da ideologia na textualidade: a representação do mundo de acordo com determinados interesses hegemônicos, em referência ao conceito Gramsciano. Observemos, por exemplo, o potencial de vítima que pode ser dado ao *Negrinho do Pastoreio* (LOPES NETO, 2002 [1913]), sempre salvo pela Virgem Maria branca e europeizada; ou o papel feminino subserviente e resignado que exerce *Cinderela* (PERRAULT, 2015 [1697]), branca e europeia, sempre resgatada pelo príncipe, branco e europeu. Alguns desses interesses são explícitos, vindos do autor-pessoa, outros são implícitos e acabam escapando à percepção consciente desse autor-pessoa. No primeiro caso, o foco do analista recai sobre o ato ilocucionário do autor-pessoa, isto é, sobre os sentidos potencialmente pretendidos por este. No segundo, a ênfase recai sobre efeitos de sentido finais (ato perlocucionário) – que inclui ações e orientações decorrentes destes –, que provêm não somente da “inconsciência”, mas também da “consciência”.

A título ilustrativo, outra instância interessante para reflexão emerge das expressões racistas encontradas em *As Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato (2010 [1933]), um escritor que ao mesmo tempo se apresenta como parcial sucessor de Olavo Bilac no que diz respeito ao tratamento do racismo, portanto, antimoderno (ver. França 2006), e também como intelec-

⁵ Incorporação de elementos diversos de outros textos, discursos ou gêneros do discurso em dado ato comunicativo ou de enunciação (ver. FAIRCLOUGH, 1995).

tual moderno que pretende, embora não consiga enfrentar adequadamente a questão racista. Parece evidente que o autor-pessoa discorre acriticamente acerca dessas expressões, naturalizando-as e com elas reforçando o discurso de inferiorização da identidade afro-brasileira (ato perlocucionário). Em outro exemplo, *A Violeta Orgulhosa*, do mesmo autor (LOBATO, 2011 [1947]), a flor que intitula a narrativa nasce branca e por isso se considera superior às outras, sendo reprimida pela Emília e pelo Visconde. Diferentemente da amostra anterior, aqui Lobato tenta explicitamente (ato ilocucionário) combater o racismo ideológico, mas falha, reproduzindo o posicionamento eurocêntrico acerca do racismo no sentido de que são os brancos que vêm ao resgate do negro (e não o negro que se defende e se liberta), pois é mais uma vez vitimizado, sem significativo empoderamento (ato perlocucionário).

A mesma dinâmica de racismo e passividade dos negros talvez passe inadvertida pelo crivo do autor em *As Memórias de Emília* (2007 [1936]), quando a boneca reprime Tia Anastácia: “Perdemos o anjinho por sua culpa só. Burrona! Negra beijuda! Deus que te marcou, alguma coisa em ti achou. Quando ele preteja uma criatura é por castigo. Tia Nastácia rompeu em choro alto – tão alto que Dona Benta veio ver o que era” (LOBATO, 2007 [1936], 35). Esta vem ao resgate de Tia Anastácia, rechaçando assim a atitude da boneca. Surpreendentemente, aqui o fundamento da repreensão por parte de Dona Benta não é o racismo em si, mas a idade de Tia Anastácia. O “ataque frontal [de Lobato] ao preconceito racial” (cf. FERREIRA, 2005, p. 82) não obtém espaço. Outra vez, em seu ato ilocucionário o autor-pessoa parece pretender, como sugerem críticos (ver. LAJOLO, 1999), denunciar o racismo e seus agentes, mas fracassa como em *A Violeta Orgulhosa*.

Multiculturalismo⁶ nas obras infantis: dicotomias e transculturalidade

Numa sociedade tão racialmente diversa e miscigenada como a brasileira, pareceria óbvio a representação dessa diversidade na literatura infantil, especialmente nas obras com temas relativos à afro-descendência. No entanto, o que se percebe *a priori* é a emergência de duas tendências no tratamento da afrobrasilidade como parte da paisagem multicultural brasileira.

A primeira é a ideia de que há fronteiras mais fixas entre raças, etnias e culturas. Embora esse seja o modo mais fácil de ilustrar as diferenças entre seres sociais para crianças, geralmente é o caminho mais problemático porque coloca em oposição um “nós” versus um “eles” – nós somos assim, eles são assado (ver. VAN DIJK, 1995). Frequentemente essa construção discursiva do mundo na narrativa favorece a solidificação de arquétipos e reforça estereótipos (sobre os quais discutiremos na próxima seção). Além disso, essa abordagem também cria uma sensação de competitividade, ou indiferença e desconexão, como se não fôssemos todos humanos, belos em nossas diferenças, complementares quando em comunidade, mas ainda assim todos ligados ao mesmo destino de vida e morte – o que a filosofia africana denomina como Ubuntu: “Eu sou porque nós somos”.

Um exemplo que talvez se adeque a esse encaixe de multiculturalismo-nós-versus-eles, que na verdade não passa de pluriculturalismo⁷, é o que ocorre na obra infantil e juvenis *E Agora?*, de Odette Mott (1986). Uma narrativa sobre três irmãs negras pobres, cercadas por um ambiente social da classe média embranquecida, em que duas irmãs Marta e Marina, com pele mais escura e cabelos crespos são mais inferiorizadas, e permanecem empregadas domésticas. Enquanto isso a outra irmã, Camila, mais europeizada, de olhos esverdeados e pele mais clara consegue se tornar professora. Nessa divisão injusta entre brancos e não brancos (negros, indígenas, asiáticos-amarelos, árabes) fica evidente que para ter prestígio e ser valorizada é preciso que a menina negra se embranqueça, negue parte de seus traços afrodescendentes, integre parcialmente outro grupo étnico-racial e cultural para então gozar dos benefícios aos

6 Refere-se à inclusão e reconhecimento de povos e culturas minoritárias, bem como sua participação ativa na reconstrução da história e da cultura de dado espaço social (McLAREN, 2000).

7 Coexistência de grupos/seres/elementos culturais, sem consideração mais orgânica e democrática quanto à convivência harmônica, inclusão, participação, tolerância, respeito, autodeterminação, entre outros.

quais só os mais brancos têm acesso. Talvez a ficção nos ajude a entender porque os brasileiros em geral parecem ter receio da palavra “preto”, “negro” e preferem “moreno”, “pardo”, possivelmente como modo de se aproximarem da branquitude para colher seus frutos de prestígio, como ocorre com Camila na narrativa.

Mas aqui abrimos um parêntese para lembrar que essa tendência de negação da identidade parece estar diminuindo, felizmente. Em 2004 (ROSSI, 2015) apenas 5.9% dos brasileiros se autodeclaravam negros (não usando a palavra “pardo”), em 2018 esse percentual já é de aproximadamente 10%, quase o dobro de 15 anos atrás – mesmo considerando que a taxa de fecundidade entre negros é levemente mais alta (TERRA, 2011), o que é contraposto pela alta taxa de mortalidade entre estes (MACHADO & FRANCO, 2018) e pelo decrescente ritmo do crescimento populacional (BANCO MUNDIAL, 2017). Talvez isso indique uma tendência mais forte em assumir-se negro, em resposta às políticas públicas de empoderamento que tivemos nos governos dos últimos anos – porém, não mais – o que certamente promoveu maior representatividade negra em espaços de poder, particularmente em mídias, com destaque também à LJJ.

Em outras obras, como *Pretinha de Neve e os Sete Gigantes* (FILHO, 2010), o autor procura adaptar o clássico europeu impondo forçosamente uma temática negra, não percebendo que a negrescência é um processo que se constrói na experiência de construção identitária, segundo argumentaremos na próxima seção. Elaborando sua narrativa com base nos princípios do enredo europeu, e adicionando ilustrações de próprio punho, o autor leva as crianças a um espaço além do Atlântico, em algum ponto do continente Africano, onde os personagens todos são negros e as configurações do ambiente e dos costumes fazem referência ao que se imagina da cultura africana conhecida pelo ocidente. Parece haver um ato ilocucionário de valorização da negritude através de uma abordagem transcultural. Entretanto, o efeito perlocucionário em termos ideológicos não parece exceder dicotomias, em que no novo enredo agentes e elementos tendem a se opor àqueles presentes no enredo original. Há problemas de pelo menos duas ordens no engajamento desse tipo de perspectiva: metodológica e epistemológica.

Sob o aspecto metodológico, este e tantos outros autores de adaptações literárias infantis para o universo da negritude agem sobre um pressuposto texto original, reescrevendo sobre ele uma nova narrativa. À semelhança dos escribas na Idade Média, ao reescrever nova língua sobre a superfície já anteriormente escrita, aqui o autor pretende construir um “novo original” a partir da presença de fundo de um palimpsesto. O impasse é que a nova versão pró-negritude não será o que pretende se não estiver em constante contraste com o original. A sombra do texto antecessor estará sempre pairando sobre a nova textualidade. Isso gera vínculo de dependência não ecológico, mas subserviente. Assim, a nova entextualização, quase que holisticamente, só vem a ser porque o primeiro texto etnocêntrico já o era antes.

Outro problema, dessa vez na ordem mais epistemológica, surge da própria dicotomia entre original e não original, ou central e marginal. A nova textualidade se elabora a partir de uma entextualização unidirecional e aberta, em que o propósito patente é se erguer sobre o valor obtido pelo enredo original, tentando sobrepor uma visão da negritude em um enredo e um universo de vivência que emergem de princípios e saberes não negros e não afrocêntricos. Essa atitude parece ferir as concepções mais basilares da africanidade, dentre elas a noção de autonomia, autodefinição (HUDSON-WEEMS, 1993) e autodeterminação (KERENGA, 1998).

Com efeito, esse conhecimento gerado por aquela metodologia problemática estará para sempre girando em torno do eurocentrismo. Nesse caso, a negritude identitária das personagens, agora ingressando na dimensão ontológica, se constrói não filogeneticamente fundamentada em experiências mais estrita e concretamente particulares do povo negro, já que as personagens negras serão frequentemente colocadas face a face com suas antecessoras, mas em uma resignificação de experiências brancas, cuja estrutura e especificidades não necessariamente correspondem àquelas da negritude. Uma rápida observação das reações mistas, para não dizer resistência, do público de diversas nacionalidades ao lançamento de narrativas cinematográficas brancas (ver. HUGHES, 2019; BERESFORD, 2019), como *A Pequena Sereia* [Disney, 1989] e *007* [MGM, 1962-2015], com novos enredos e/ou personagens volta-

dos para a negritude, já sugere quão problemática é a perspectiva da imposição da negritude em roteiros brancos ou a escrita-palimpsesto.

O efeito ideológico no fundo desse tipo de ato perlocucionário equivale à ideia de que o povo negro não possui narrativas consistentes ou excelentes o suficiente para se sustentarem, portanto, precisaria recorrer ao inventário eurocêntrico branco para poder afirmar sua representação ou afirmar-se enquanto coletividade. À semelhança dos escravos que recebiam o (sobre)nome de seus senhores para serem reconhecidos publicamente, nesse caso o povo negro só adquiriria relevância introjetando componentes essenciais do projeto hegemônico branco, suas estruturas narrativas letradas e a dinâmica estilística de seus contos de fadas. Em suma, as adaptações dos clássicos eurocêntricos para as perspectivas da negritude se aproximam metaforicamente da vivência da personagem Camila, já mencionada, que para ser bem-sucedida integra parcialmente outro universo identitário não-afrocêntrico, para enfim, gozar dos privilégios que este outorga.

Se em Odette Mott (1986) o multiculturalismo dicotômico se reverte em colorismo⁸ relativizado, em Lobato, ele se torna patentemente dividido. No conto *O Jardineiro Timóteo* (LOBATO, 1920), fica evidente que o negro, com traços brancos ou eurocêntricos, torna-se objeto de chacota e aversão por parte de ambos autor-narrador e autor-pessoa. O colorismo ou a ideia de uma sociedade cultural e racialmente miscigenada certamente causa antipatia a Lobato (ver. BROOKSHAW, 2011 [1983]). Por outro lado, em *Bocatorta* (LOBATO, 1919), a personagem negra com traços animais e na visão dele, mais autênticos, tornam-se objeto de respeito e admiração (ver. BROOKSHAW, 2011 [1983]). De certo modo, poderíamos supor que uma sociedade pluricultural é mais almejada nessas narrativas Lobatianas do que uma coletividade multicultural e miscigenada. Em ambas as obras fica clara a posição racista do autor brasileiro em sua tentativa de separar brancos e negros.

Ainda assim, mesmo em Lobato é possível encontrar tentativas pontuais de engajamento com o relativismo de valores socioculturais e práticas comunicacionais, bem como a resignação e resistência diante do etnocentrismo. Em *Geografia de Dona Benta e História do Mundo para Crianças* (LOBATO, 2013 [1935]; 2015 [1933]) civilizações antigas não europeias são comparadas a civilizações ocidentais mais atuais, em tímido esforço para equipará-las em termos de desenvolvimento científico-tecnológico, e comportamental, em menor grau. No entanto, em última instância são as sociedades do dito “primeiro mundo” e suas definições de cultura (e.g., gregos) que acabam recebendo maior respeito e admiração do ponto de vista narrativo (LOBATO, 2013 [1935]).

Em *Sítio do Pica-Pau-Amarelo* (1920-1947) e *Reinações de Narizinho* (LOBATO, 2014 [1931]), dentre outras obras, a divisão branco versus negro ou não-branco sempre favorece o primeiro. É a inteligência e a aparência daquele que se sobrepõe aos demais, quase sempre. Não obstante, em *Sítio do Pica-Pau-Amarelo* há um relativo reconhecimento dos traços africanos na cultura brasileira e uma tentativa de garantir sua relevância na narrativa, o que parece ser sobrepujado pela forte tendência eugenista de Monteiro Lobato. No entanto, no que concerne à definição de alta cultura, os negros são representados como agentes da ignorância, da ausência de letramento e da incapacidade de abstração e imaginação sofisticadas.

Mesmo na LIJ de meados do século XX, período de profundas transformações científicas e ideológicas, ainda é possível notar dicotomizações, mesmo que mais complexificadas e profundas, no tratamento da negritude como parte da paisagem multicultural. Assim, negros tendem a ser representados como ocupantes de funções sociais desprestigiadas, sem perspectivas de ascensão socioeconômica (ver. PINSKY, 1979; JOSÉ, 1982); inerentes às periferias e oriundos de famílias consideradas ‘desestruturadas’ ou ‘incompletas’ (ver. BLOCH, 1983; AMORIM, 1985). Por outro lado, os personagens brancos nessas mesmas obras tendem a se localizar no anverso dessas realidades, exercendo profissões de maior prestígio (ver. GALDINO, 1984; OLIVEIRA, 1988; PINSKY, 1979), morando em bairros amenos, ascendendo socioeconomicamente e integrando famílias ditas ‘estruturadas’ (ver. CAPELÃO, 1987; FILHO & BRASIL, 1982).

O Menino marrom (PINTO, 1986) e *Menina bonita do laço de fita* (MACHADO, 2014 [1986]), por sua vez, representam um rompimento com muitos moldes opressivos de repre-

⁸ Tratamento preconceituoso ou preferencial de pessoas da mesma identidade étnico-racial (negras) com base majoritariamente na tonalidade pigmentar de sua pele (cf. WALKER, 1983, p. 290).

sentação da negritude na LIJ (OLIVEIRA, 2003). Contudo, ambas as obras ainda evocam através da textualidade verbal e/ou visual a velha idealização da miscigenação ou das relações inter-raciais, talvez com sutis vistas ao branqueamento, conforme apontamos no início deste artigo, ao mencionar a Tese do Branqueamento (ver. DOMINGUES, 2002). Assim, no embate branco *versus* negro, parece obter mais prestígio o negro que se torna mestiço, adquirindo traços caucasianos desejáveis.

A outra abordagem do multiculturalismo na LIJ é chamada de *border crossing* ou transculturalidade⁹, conforme Lathey (2001). Sob essa perspectiva, a subjetividade que se constrói é sempre ou ao menos híbrida. Assim, é comum encontrar o personagem migrante radicado no Brasil, o personagem de ancestrais simultaneamente africanos, indígenas, asiáticos, árabes e europeus também, o que favorece a representação de sujeitos que se projetam a partir de traços de múltiplas etnias, raças e culturas. O sujeito que é algo de todos ao mesmo tempo, sem ser exclusivamente nenhum deles. Apesar disso, observamos que essa perspectiva de transculturalidade deve ser centrada na afrobrasilidade, ou outra não eurocêntrica, para evitar a refração de problemas de eurocentrismo que temos discutido até aqui.

Luana, a menina que viu o Brasil neném (MACEDO & FAUSTINO, 1999) é um exemplo talvez valioso para ilustrar essa abordagem trans acerca do multiculturalismo. Luana é uma menina-capoeirista, bastante ousada e corajosa que resgata a história dos povos africanos no Brasil e da própria miscigenação racial do país. Na ficção são os quilombos que metaforizam a convivência democrática e solidária, que se pretende harmoniosa, entre homens, mulheres, crianças, idosos, brancos, negros, etc. Ademais, os ideais de tolerância e igualdade perpassam majoritariamente enredo e personagens.

Através de Luana a negritude se torna o centro da narrativa, bem como o fundamento para a elevação estética, ética e intelectual do povo afro-brasileiro. Ainda assim, é possível notar a representação dos povos indígenas através dos estereótipos de docilidade, gentileza e passividade. Ademais, há um silenciamento dos conflitos e desigualdades existentes entre as diversas etnias, como numa romantização ufanista da história de formação do Brasil.

Em *A cor da ternura* (GUIMARÃES, 1989) uma perspectiva mais voltada à transculturalidade também é tomada. Essa narrativa conduz o leitor a refletir sobre a intersecção entre gênero e raça, espaço rural e urbano, bem como sobre a interface entre diversas práticas culturais de bezendeiras e contadoras de história. Aqui o sistema sociopolítico de opressão e preconceito não tende a ser mascarado como na obra anterior. É o universo imaginativo da protagonista Geni que vai tanto costurando os diferentes elementos culturais do tecido social do qual ela faz parte, quanto rompendo os obstáculos que assomam em virtude da estrutura discriminatória que procura cercear o desenvolvimento identitário da personagem.

Quando Geni ainda está nas fases iniciais de seu processo de formação identitária dentro da narrativa, a resignação diante da inferioridade e a rejeição da própria constituição étnico-racial é acompanhada de apelidos e expressões pejorativas apresentadas sem maior crítica na narrativa. Essa perspectiva parece naturalizar o preconceito, especialmente na primeira parte do enredo. Entretanto, na segunda parte, quando a protagonista realiza sua própria guinada de consciência, o sistema racista que a cerca é abertamente contestado, como veremos a seguir.

Estereotipação e negrescência

Os estereótipos são armadilhas ideológicas fáceis que bem servem ao projeto de hegemonia eurocêntrica prevalente nas sociedades ocidentais. Entendemos estereotipação como o processo de expressão/construção de uma crença/representação hiper-generalizada e hiper-simplificada sobre um grupo específico de pessoas com base em suas características físicas, psíquicas, origem, preferências ou (in)habilidades (ver. NASCIMENTO, 2003). Refletir versões menos complexas e sofisticadas da realidade infantil, recorrendo ao reducionismo, é certamente uma atitude recorrente na LIJ brasileira desde o início do século XX, com Olavo Bilac e Monteiro Lobato, até os dias de hoje, em menor proporção.

⁹ Refere-se à capacidade de enxergar-se no outro, estender-se subjetivamente através de diversas culturas seja pelo envolvimento, compreensão ou integração com elementos destas (LATHEY, 2001).

Embora as visões simplistas ou estereotípicas possam ser utilizadas para dar a conhecer às crianças a sua própria identidade étnico-racial com relativo grau de sucesso, enquanto contrastando outras constituições identitárias, aquelas perspectivas também podem servir como fundamento para inúmeras formas de antagonismo e aversão. A demarcação de fronteiras fixas entre os diversos grupos étnico-raciais, acompanhada da extrema simplificação ou redução desses grupos a alguns de seus traços mais marcantes, ou seja, a esteriotipação propriamente dita, pode favorecer maneiras de pensar e agir discriminatórias principalmente com relação aos grupos marginalizados. Além disso, pode contribuir para a manutenção de desigualdades entre estes e os demais, de modo a favorecer impressões ilusórias e tratamentos privilegiados aos grupos de maior poder dentro de dado projeto hegemônico.

A começar pelo próprio Olavo Bilac, como mencionamos na abertura de nosso texto, os estereótipos sobre negros têm servido de combustível para as tramas da LIJ brasileira por mais de século. Em *A borboleta negra* (BILAC, 2001a [1904]) a negritude é sinônimo do profano, do maligno e do imoral. Talvez como refração do negro sem fé, sem Deus, pecaminoso e distante do que é divino, aqui a mãe negra por exemplo é representada como um ser desalmado, que tem coragem de abandonar o próprio filho recém-nascido na mata, à própria sorte. Semelhantemente a algumas instâncias racistas nas obras de Lobato, é uma família branca que vem ao resgate da criança negra. O contraste entre a mãe adotiva cristã e a negra impiedosa, insensível, animalésca e pagã parece bastante evidente. Em Lobato, contornos semelhantes, porém mais amenizados, podem ser encontrados na construção de estereótipos (e.g., Tia Anastácia), excetuando-se estereótipos religiosos, contra os quais o autor tece muitas críticas.

Sob essa perspectiva do negro malvado que causa terror, podemos localizar o personagem do Velho Mirigido em *Cazuza* (CORREA, 2004 [1938]). Um sujeito grande, alto, magro, peludo, “cobra-chifruda”, sem profissão e sem dente. A textualidade elaborada para construir Mirigido em contraste com outras personagens brancas evidencia a natureza discrepante do estereótipo, que não apenas envolve identidade étnico-racial, bem como faixa-etária e religião.

Na narrativa, Mirigido se transforma em animal frequentemente, conta o narrador, uma prática comparável ao que ocorre nos contos de lobisomem. O saco nas costas, o ar de suspeição, perigo, mistério e desconforto que o acompanha na ambientação das personagens também contribui para sedimentar a imagem reducionista do “preto-velho”, no mais vilificado de seus sentidos, como encarnação de alguma espécie de mal desconhecido e potencialmente diabólico.

Em outras obras infantis e juvenis da primeira metade do século XX, os autores frequentemente recorrem ao estereótipo do negro como ser subserviente, passivo, dócil e supersticioso. A partir desse estereótipo pode-se traçar paralelos com a literatura racista e paternalista dos EUA do século XIX, notado na personagem do Tio Tom em *Uncle Tom's Cabin* (STOWE, 2011 [1852]), ou no conceito de “house negro”, explanado por Malcom-X (1994 [1963]), e encarnado no personagem Pork (MITCHELL, 1996 [1936]). Obras da LIJ nacional como *A ilha perdida* (DUPRÉ, 2014 [1944]), com a personagem Eufrosina, e *Os segredos de Taquara-póca* (MARINS, 2000 [1947]), com a figura de Nhô Lixandre, ilustram bem personagens construídos a partir desse estereótipo.

Na segunda metade do século passado, aqueles estereótipos do negro como animal selvagem ainda permanecem, reelaborados agora sob outras formas. A ideia da negritude como sinônimo do mal vai sendo acompanhada de uma presença mais marcante da noção do negro como ser desprovido de beleza. São exemplos desses negros feios e zoomorfizados os personagens Dito (BLOACH, 1983) e Joca (AMORIM, 1985). A concepção de que a negritude equivale à feiura/anti-belo também se refrata na identificação e definição das personagens negras, como ocorre com Carniça (Filho & Brasil 1982). É comum nesse período encontrar negros nomeados na textualidade com substantivos comuns e apelidos depreciativos, ao invés de substantivos próprios, como tende a ocorrer com os personagens brancos.

Não obstante, nesse mesmo período Ana Maria Machado (2014 [1986]) ingressa numa nova abordagem sobre a negritude, a esteriotipação positiva; elaborando sua textualidade em torno das ideias de beleza, altivez de espírito e a convergência semântica entre elementos da natureza e a aparência física da personagem negra feminina. Ao codificar tais instâncias de sentido através de componentes do mundo natural, Machado ainda permite que a codificação

pelo leitor recupere traços de estereótipos negativos, como a concepção do negro enquanto ser predominantemente da natureza, possivelmente uma criatura animal, e não necessariamente um ser da cultura.

Mesmo entre obras consideradas revolucionárias para a sua época, no sentido de combater estereótipos e outras formas de opressão racistas na LJ, *A cor da ternura* (GUIMARÃES, 1989) apresenta ainda o estereótipo da negra serviçal, gentil e passiva através da personagem Nhá Rosária. Ademais, o menino Dirceu emerge na mesma narrativa com imagem discursiva associada ao maligno/impetuoso. A ignorância/coarsening (cf. LEONARD, 2002) está também presente na noção de que ele é menos capaz intelectualmente e tem pouquíssimas perspectivas de avanço escolar.

Em *Luana, a menina que viu o Brasil neném* (Macedo & Faustino 1999), o estereótipo negativo é removido da representação do negro e realocado na representação dos povos indígenas. Estes tendem a ser considerados como dóceis, fieis e mais passivos pela obra – sem mencionar a extensa acriticidade presente na narrativa com relação aos horrores colonialistas, conforme já sugerido.

Seja em referência aos negros ou aos indígenas, os estereótipos negativos frequentemente se tornam plataformas para o paternalismo, a condescendência e a ridicularização, bem como para a espetacularização dos humilhados. O excêntrico e o exótico elaborados a partir de um trabalho estético preconceituoso, portanto, nocivo em muitas de suas dimensões e ideologicamente excludente, são motivos suficientemente convincentes para que muitos autores-pessoa tragam as personagens negras, em especial, para o centro das atenções, a fim de que sejam objetos de depreciação ou motivo de piedade pelo público infantil e juvenis.

No entanto, há uma outra concepção diametralmente oposta à estereotipação, a negrescência (JACKSON, 2012). Tecnicamente designado como *Black Identity Development Stages-BID* (Estágios do Desenvolvimento da Identidade Negra) por Bailey W. Jackson, este conceito se refere a estágios pelos quais sujeitos negros passam até atingirem posições de relativa (auto)afirmação identitária. Jackson (2012) propõe um modelo teórico que explica o desenvolvimento das identidades afrodescendentes em cinco fases: *inocência, aceitação, resistência, redefinição e internalização*.

A saber, a inocência pode ser conceitualizada etariamente entre os anos 0-3 e a pré-adolescência. No início desse estágio, há pouca ou nenhuma consciência social de raça. As crianças estão mais à mercê das perspectivas ideológicas e discursos de seus agentes socializadores – família, escola, igreja, mídia, etc. – exatamente como ocorre com a personagem Geni em *A cor da ternura* (GUIMARÃES, 1989). O universo de Geni é povoado de sonhos e desejos, enquanto os conflitos e os obstáculos emergentes no processo de formação da identidade étnico-racial são colocados em segundo plano ou sequer integram o plano da enunciação na referida obra nesse primeiro estágio. Aqui o mundo da imaginação e do impossível por vezes se sobrepõe à própria dimensão socializante no qual a infância se infunde. Assim, à medida que Geni ou outra criança Afrodescendente (na esfera do concreto) vai se tornando pré-adolescente, portanto, mais consciente de certas diferenças físicas e culturais associadas a identidades étnico-raciais, influências mais ou menos positivas/negativas acerca da branquitude e negritude podem ser facilmente internalizadas. Nessa transição da inocência em direção à aceitação, o conhecimento sobre o próprio grupo e outros grupos étnico-raciais se torna cada vez mais evidente. É nesse ponto em que as ideias de inferioridade da negritude e superioridade-normatividade da branquitude começam a realizar intensos processos de interface com a constituição identitária.

No segundo estágio, aceitação, a ideologia da dominância-subordinação racial, anterior e progressivamente experienciada, passa a ser introjetada consciente ou inconscientemente através de discursos majoritariamente negativos sobre a negritude. Geni, de fato, apresenta esse estágio em seu percurso de construção identitária. Ela não apenas rejeita seu fenótipo, bem como a ideia de integrar uma coletividade unida e designada pelo lastro da afro-identidade. Nesse sentido, a protagonista procura suprimir a cor de sua pele ao utilizar pó-de-arroz, tal qual muitos o fazem hoje com creme clareadores ou recursos digitais “clareadores da pele”, disponibilizados por aplicativos em redes sociais como Facebook e Instagram.

Essa fase pode compreender o período entre o início da adolescência e o início da ju-

ventude (20 anos ou mais). Essa introjeção pode muitas vezes levar os sujeitos negros a rejeitarem, desvalorizarem e se distanciarem da negritude, reforçando suas relações ou tentativas de conexão com a branquitude. A transição entre aceitação e resistência é geralmente confusa e dolorosa. Experiências que contradizem a fase da aceitação se tornam cada vez mais perceptíveis. Desse modo, disparidades no tratamento-percepção dos grupos étnico-raciais, bem como frustrações que emergem das vivências e observação da realidade, ao lado das socializações com outros negros e negras mais conscientes, acabam frequentemente motivando afrodescendentes a transitarem da aceitação à resistência.

Os questionamentos emergentes na fase da aceitação se tornam agora, no estágio da resistência, ainda mais intensos. O sujeito negro começa a compreender as opressões contra sua identidade étnico-racial como fenômenos complexos e multifacetados. Códigos, valores, atitudes, instituições, práticas e formas de pensar socioculturais passam a ser mais criticamente examinados. Nesse estágio, o sujeito pode partir para práticas hostis e antagônicas em desfavor de grupos brancos, por exemplo. Ira, dor e mágoa são sentimentos bastante presentes nessa fase. Alguns sujeitos, percebendo que a resistência pode lhes fazer perder o acesso a “benefícios” que possuíam no estágio da aceitação, começam a desenvolver uma espécie de resistência passiva (JACKSON, 2012). Quando a fase de resistência se prolonga em direção aos sentimentos supramencionados, o desejo e as práticas de contra-ataque ao racismo podem suplantar a apreciação pela negritude até que o processo de purgação da dor e da cólera se complete e um equilíbrio seja posto em perspectiva.

Geni inicia essa fase ao desenvolver um sentimento de ira e indignação contra o que ela percebe como a passividade e a covardia dos negros africanos escravizados, sobre os quais ouve falar em suas aulas de história na escola. O fato de não reagirem em igual medida aos ataques e à opressão dos colonizadores é interpretado por Geni como sinal de submissão voluntária, fato que a incentiva a progredir na formação identitária a partir da ira enquanto atravessa essa resistência.

Ao fim dessa fase, no entanto, Geni dá sinais de que está assumindo uma resistência passiva a fim de gozar dos benefícios que o etnocentrismo branco pode trazer. Isso ocorre sobretudo, em termos dos desejos da menina em relação à ascendência socioeconômica através da aquisição de capital cultural, a saber, mediante o acesso às instituições e benesses disponíveis a partir da formação educacional. É como se esse capital pudesse contribuir para a superação da pobreza, da negatividade e inferioridade historicamente atribuídas à negritude.

A fase de redefinição se dá quando o sujeito afrodescendente começa a procurar paradigmas que facilitarão certa estabilidade do processo de construção de sua própria identidade em relação não apenas aos brancos, bem como em relação aos pares de mesma identificação étnico-racial. Assim, a aceitação agora se volta em favor da negritude e da cultura do povo Afro como parte de quem esse sujeito é. Com efeito, outros marcadores identitários intervêm nesse processo. O sujeito procura compreender-se enquanto afrodescendente de determinado gênero, classe socioeconômica, orientação sexual, faixa etária e origem/inserção espaço-temporal. Essa conscientização acerca da interseccionalidade se torna realmente evidente no último estágio, a internalização. De todo modo, aqui a ira, a dor e a mágoa da resistência ficaram para trás. Do mesmo modo, podem ser suprimidas as necessidades de endossar culturas ou práticas etnocêntricas.

No penúltimo capítulo, à medida que Geni se aproxima da sua sonhada ascensão social como professora, podemos notar como a maturidade e ponderação já fazem parte do modo de agir e pensar da menina que já se torna mulher. Sem sombra de dúvida, a intersecção entre gênero e identidade étnico-racial são profundamente tematizados em *A cor da ternura* (GUIMARÃES, 1989), especialmente pelo fato de que a obra explora concomitante o desenvolvimento de Geni tanto como afrodescendente quanto como mulher, acompanhando assim com riqueza de detalhes as transformações bio-psíquicas da protagonista. A revolta, a submissão e a dor dão lugar ao sentimento de superação, soberania e dado grau de autodeterminação, embora a integração à cultura negra não fique de fato evidente.

Na quinta fase, a internalização, os paradigmas encontrados no estágio anterior e os princípios adquiridos através das demais experiências das fases iniciais começam a ser aplica-

dos no sentido de nutrir a construção jamais-finita dessa identidade Afrodescendente. Aqui já não há qualquer urgência em explicar e defender a autoidentificação em favor da negritude. O foco é alimentar e fortalecer essa identidade negra a fim de que continue a se tornar muito mais estável.

No último capítulo de *A Cor da Ternura* (GUIMARÃES, 1989), percebemos como Geni já não se abala tanto pelo desconforto que a presença de seu corpo negro feminino causa na escola, seu primeiro local de trabalho. Pelas vias da diplomacia, do diálogo e da altivez de espírito, a personagem parece superar com relativa facilidade os ataques, a indiferença ou qualquer tentativa de degradar sua negritude.

Embora não seja a narrativa ideal sobre a negritude da perspectiva infantis e juvenis, nosso exemplo em tela demonstra com relativa precisão a discrepância existente entre estereotipação e negrescência. Enquanto a estereotipação reduz, mutila, exagera e ridiculariza traços da psique e/ou da aparência biossocial negra, o conceito de BID/negrescência resgata, em Bailey Jackson (2012), a ideia de que a identidade afrodescendente envolve tanto uma elaboração processual sofisticada e paulatina, intimamente associada à constituição biofísica dos sujeitos negros; quanto uma construção sociopsicológica, e sobretudo político-ideológica em resistência a um projeto hegemônico de branquitude eurocêntrica.

Últimas Considerações

Primeiramente, percebemos que os dispositivos teóricos basilares disponibilizados pela Análise do Discurso, considerando alguns ajustes necessários para sua melhor adaptação a objetos discursivos-literários, reiteram que uma LIJ textual e ideologicamente centrada em ideais brancos e europeus evidentemente desfavorece uma afirmação identitária de negritude por parte das crianças afro-brasileiras, que são a maioria em nosso país. Mesmo que personagens negras sejam forçosamente colocadas como heroínas em narrativas Anglo-eurocêntricas – o que para muitos intelectuais entusiastas parece ser um sinal de progresso ou justiça/equidade –, isso não anula o fato de que foram forjadas a partir de princípios e práticas culturais que não ilustram o devido respeito pela auto-determinação sociopolítica e cultural das identidades afrodescendentes, e do povo negro ao redor do mundo (ver. KERENGA, 1998; HUDSON-WEE-MS, 1993). De semelhante modo, essa colocação forçada tanto não contribui para um processo de reparação do profundos e históricos danos aos povos Africanos e seus descendentes, quanto não fundamenta ou tampouco nutre uma representação mais justa e mais comprometida com a Afrocentricidade (ver. NASCIMENTO, 2009). Nesse sentido, perspectivas afrocêntricas forjadas por mentalidades verdadeiramente negrescentes são indispensáveis se nosso projeto é descolonizar a LIJ brasileira. Notamos que esse é um processo que poderia avançar a passos muitos mais largos do que os observados aqui.

Em segundo lugar inferimos que uma abordagem transcultural da Afrobrasilidade na literatura infantil se faz necessária se quisermos evitar o nocivo colorismo, a mediocridade e o reducionismo das dicotomias, e desejarmos levar adiante os aspectos mais performáticos e híbridos das identidades dos Afrodescendentes brasileiros. Isso se reverte na valorização de crianças Afro-latinas oriundas de todas as miscigenações, orientações sexuais, tamanhos e formas, mas que encontram na negrescência – ou no reconhecer-se e elaborar-se negro, como sugere Jackson (2012) –, o ponto de referência para uma construção da identidade que é trans-étnico-racial, não dependente de traços de branquitude ou de Anglo-Eurocentrismo para sua autoafirmação. Precisamos de uma LIJ que ao mesmo tempo não negligencie ou não se omita diante de conflitos e problemas raciais, de gênero, classe e outros relativos à construção da identidade.

Somente assim será possível educar crianças negras mais empoderadas, que se vejam representadas, valorizadas e com direito a voz na literatura; mais seguras de si e preparadas para enfrentar os desafios de um mundo tão elitista, cruel, racista, machista e tão violento – principalmente neste momento em que o recrudescimento leva crianças e adultos às margens mais opressivas e reacionárias do espectro político, naturalizando o preconceito, a discriminação e a barbárie, no Brasil e em outras partes do mundo.

Referências

- AMORIM, Antonio César Drumond. **Xixi na cama**. Belo Horizonte: Comunicação, 1985.
- AUSTIN, John L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- BANCO MUNDIAL, BM. **Taxa de cresc. da população (1960-2017)**. Washington: Banco Mundial, 2017. Disponibilidade em: <http://tiny.cc/zewtbz>. Acesso em: 12 out. 2019.
- BERESFORD, J. James Bond 'fans' react angrily to casting of black female actor as 007. **The Irish Post**, 15 jul. 2019, s. p.
- BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. **Contos pátrios**. Rio: Garnier, 2001a/2001b [1904].
- BILAC, Olavo. **Poesias infantis**. São Paulo: Empório do Livro, 2009 [1904].
- BLOCH, Pedro. **Dito, o negrinho da flauta**. São Paulo: Moderna, 1983.
- BLOMMAERT, Jan. **Discourse: a Critical introduction**. Cambridge: CUP, 2005.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura**. Rio de Janeiro: Mercado, 2011 [1983].
- CAPELÃO, Maria Armanda. **Neco, o sonhador**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- COWARD, Rosalind e ELLIS, John. **Language and materialism**. London: RTLD, 1977.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **A personagem negra na literatura brasileira contemporânea**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002.
- DUPRÉ, Maria José. **A ilha perdida**. São Paulo: Ática, 2014 [1944].
- FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. London: Edward Arnold, 1995.
- FERREIRA, Ermelinda Maria Araújo. 2005. Osman Lins e a literatura infantil: um diálogo com Monteiro Lobato. **Outra travessia**, v. 01, n. 04, p. 69-84, 2005.
- FILHO, José Rezende e BRASIL, Assis. **Tônico e Carneça**. São Paulo: Ática, 1982.
- FILHO, Rubem. **Prezinha de neve e os sete gigantes**. São Paulo: Paulinas, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Power and Knowledge**. New York: Harvester & Pantheon, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- FRANÇA, Luiz Fernando de. **Personagens negras na literatura infantil brasileira: da manutenção à desconstrução do estereótipo**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Linguagens, UFMT, Cuiabá, 2006.

- GALDINO, Luiz. **Saudade da vila**. São Paulo: Moderna, 1984.
- GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: Mass Media in the making and unmaking of the New Left. Los Angeles: University of California Press, 1980.
- GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. São Paulo: FTD, 1989.
- HALL, Stuart (org.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage Publications, 1997.
- HALLIDAY, Michael e Hasan, Rugaiya. **Language, context and text**: aspects of language in social semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HANSEN, Anders e MACHIN, David. **Media and communication research methods**. London: RGP, 2019.
- HUDSON-WEEMS, Clenora. **Africana Womanism**. New York: Bedford, 1993.
- HUGHES, Easton. 18 reactions to the new black Ariel. **Water Balloon**, 05 jul. 2019, s. p.
- JACKSON, Bailey W. Black identity development. In: ----- . **New perspectives on racial identity development integrating emerging frameworks**. Organização C. L. Wijeyesinghe e B. W. Jackson. New York: NYU Press, 2012, p. 33-50.
- JOSÉ, Ganymedes. **A história do galo marquês**. São Paulo: Moderna, 1982.
- KERENGA, Maulana. **Kwanzaa**: a celebration. Los Angeles: U. of S. Press, 1998.
- LAJOLO, Marisa. Negros e negras em Monteiro Lobato. In: ----- . **Lendo e escrevendo Lobato**. Organização E. M. T. Lopes e M. C. S. Gouvea. BH: Autêntica, 1999, p. 65-82.
- LATHEY, Gillian. 2001. The road from Damascus. In: ----- . **Children's literature and national identity**. Organização M. Meek. London: Trentham Books, 2001, p. 8-19.
- LEONARD, John. **Lonesome rangers**. New York: New Press, 2002.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Revista do Brasil, 1919, p. 100-116.
- LOBATO, Monteiro. **Negrinha**. São Paulo: Revista do Brasil, 1920, p. 41-52.
- LOBATO, Monteiro. **As memórias de Emília**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.
- LOBATO, Monteiro. **As caçadas de Pedrinho**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 2010.
- LOBATO, Monteiro. **Histórias diversas**. Rio de Janeiro: Globinho, 2011.
- LOBATO, Monteiro. **Geografia de Dona Benta**. Rio de Janeiro: Globo, 2013 [1935].
- LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. Rio de Janeiro: Globo, 2014 [1931].
- LOBATO, Monteiro. **História do mundo para as crianças**. Rio: Globinho, 2015 [1933].

- LOPES NETO, João Simões. **Lendas do sul**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002 [1913].
- MACEDO, Aroldo e FAUSTINO, Oswaldo. **Luana, a menina que viu o Brasil neném**. São Paulo: FTD, 1999.
- MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. São Paulo: Ática, 2014 [1986].
- MACHADO, Leandro e FRANCO, Luiza. Consciência Negra: o que mudou na vida dos negros 21 anos após música dos Racionais MC's. **BBC News Brasil**, 20 nov. 2018, s. p.
- MACHIN, David e MAYR, Andrea. **How to do CDA**. London: Sage, 2012.
- MALCOLM, X. **Message to the grass roots**. New York: Grove Press, 1994 [1965].
- MARINS, Francisco. **Os segredos de Taquara-póca**. São Paulo: Melhoramentos. 2000.
- McLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MITCHELL, Margaret. **Gone with the wind**. New York: Scribner, 1996 [1936].
- MOTT, Odette. **E agora?** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor: Identidade, Raça e Gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.
- OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Departamento de Educação, UNEB, Salvador, 2003.
- OLIVEIRA, Márcia. **João que semeava flor e cantava amor**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- PERRAULT, Charles. **Cinderella**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2015.
- PINSKY, Mirna G. **Nó na garganta**. São Paulo: Atual, 1979.
- PINTO, Ziraldo A. 1986. **O menino marrom**. São Paulo: Melhoramentos, 1986.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Olympio, 1960.
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1985.
- ROSSI, Marina. Mais brasileiros se declaram negros. *El País Brasil*, 16 nov. 2015, s. p.
- STOWE, Harriet B. **Uncle Tom's Cabin**. New York: Collins Classics, 2011 [1852].
- TERRA, Portal. Inpe: negros passam a ter mais filhos. **Portal Terra**, 12 mai. 2011, s. p.
- VAN DIJK, Teun. Discourse analysis as ideology analysis. In: ----- . **Language and Peace**. Organização C. Schaffner e A. Wenden. Aldershot: Dartmouth, 1995, p. 17-33.
- WALKER, Alice. **In search of our mothers' gardens: womanist prose**. San Diego: Harcourt, 1983.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Recebido em 30 de agosto de 2020.

Aceito em 15 de setembro de 2020.